

Um apoio que não dispensa cuidados

A manifestação oficial do Eximbank norte-americano de reabrir seus financiamentos ao comércio exterior brasileiro vem em boa hora. Ela não deve, entretanto, ser interpretada isoladamente, inserindo-se no contexto mais amplo do atual processo de renegociação da dívida externa brasileira.

A nota oficial distribuída pela instituição financeira do governo norte-americano é uma demonstração de confiança nos rumos que o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, tem procurado imprimir à renegociação. Quando se examina o histórico dessa renegociação nos últimos meses, é possível verificar que não foram poucos os avanços, em meio a graves limitações ditadas pela evolução dos acontecimentos econômicos domésticos.

O governo parece ter compreendido que sem o retorno à comunidade financeira internacional o futuro do País estaria irremediavelmente comprometido. No que se refere ao comércio externo, por exemplo, o Brasil depende sig-

nificativamente de créditos fornecidos pelos bancos oficiais ligados a essa atividade do Exterior. Nesse sentido, o gesto do Eximbank norte-americano não é apenas simbólico, na medida em que revela explicitamente a confiança de que não haverá obstáculos maiores à celebração do acordo do Brasil com o Clube de Paris. Toma-se igualmente como certa a aprovação do Fundo Monetário Internacional à carta de intenção e ao memorando técnico recentemente enviados à entidade pelo governo brasileiro. Sem que estes dois passos sejam devidamente cumpridos, o Eximbank poderá rever suas decisões. Ora, uma instituição de tal natureza, pautada por um comportamento cauteloso como o exigem as transações financeiras internacionais, não arriscaria divulgar um comunicado com o conteúdo semelhante ao que foi noticiado, caso não dispusesse de boa dose de certeza quanto à concretização dos acordos entre o Brasil, o FMI, o Clube de Paris e os bancos privados estrangeiros.

O ministro da Fazenda obtém, assim, mais um aval relevante à

sua política, e poderá negociar em melhores condições com o Clube de Paris, ainda no corrente mês. Estará praticamente concluída a etapa mais delicada da renegociação, que começou no início deste ano com pequenos pagamentos referentes a atrasos de juros, e prosseguiu mais recentemente com os entendimentos mantidos com o FMI e com o governo japonês, entre outros.

Isso não é tudo, uma vez que o ministro da Fazenda não parece contar, internamente, com o mesmo apoio que deriva dos entendimentos logrados com os credores externos. A exemplo do que ocorreu com alguns de seus antecessores, o ministro não terá tempo para comemorar sua vitória, pois os problemas domésticos demandam novo ataque frontal, a começar pela inflação e pelo déficit público.

Terminaram os dois meses de congelamento da URP do funcionalismo, o que implica um recrudescimento das despesas com a folha de pagamento. Caso a Constituinte confirme a anistia de dívidas, o controle do déficit público tornar-se-á ainda mais delicado.

Ora, qualquer desvio em relação à meta estipulada de 4% do PIB debilitará o combate à inflação e o crescimento econômico, estimado modestamente em apenas 1% neste ano.

Claro está que o governo ganha um precioso recurso nesse processo de renegociação externa: o tempo. Aliviada a pressão momentânea dos credores, todos os esforços deverão ser envidados para que se recupere o controle da política econômica como um todo, e isso a curto prazo.

É provável que manifestações semelhantes à do Eximbank dos Estados Unidos venham a público nas próximas semanas. Recuperada a confiança dos credores, urgirá recuperar a credibilidade interna, o que se verifica sensivelmente mais delicado. Nenhuma equipe econômica pode, por muito tempo, trabalhar sob a égide de uma inflação que ela mesma qualifica como "indecente". Descartados os choques, congelamentos e outros artificialismos, o governo deverá mostrar toda sua capacidade de enfrentar a estagnação econômica atual.

ESTADO DE SÃO PAULO

13 JUL 1988